

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	17
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	18

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	19
10.2 - Resultado operacional e financeiro	48
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	51
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia segue as políticas de gerenciamento de riscos definidas por seu acionista controlador indireto (Enel SpA). As políticas estabelecem os riscos enfrentados e as diretrizes para seu monitoramento interno e são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho de Administração da Companhia, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

O sistema de gestão de riscos cobre 3 tipos de atividades: (i) controles de primeiro nível, que consistem em atividades de controle realizadas por cada unidade operacional, em seus próprios processos, como forma de assegurar a correta realização das operações; (ii) controles de segundo nível, os quais são executados por áreas corporativas específicas e que visam monitorar e gerir tipos específicos de riscos; (iii) controles de terceiro nível (auditoria interna), que visam verificar a estrutura e funcionamento do sistema como um todo, através do monitoramento dos controles, assim como do trabalho executado pelo segundo nível.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é o de indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

- **Financeiros:** riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos);
- **Regulatórios:** riscos oriundos de mudanças promovidas pelos mais diversos órgãos reguladores;
- **Negócio:** riscos relacionados com a incerteza sobre o desempenho de variáveis chaves inerentes ao negócio como características da demanda e do setor de atuação;
- **Operacionais:** riscos resultantes de processos internos inadequados ou de eventos externos;
- **Estratégicos:** riscos relacionados a inovação, planos de investimento, novos clientes, novos players, *cyber security*, retenção de pessoal, continuidade do negócio;
- **Socioambientais:** riscos de gestão socioambientais, com foco nas mudanças climáticas, descarbonização, redução de emissão de CO2, relacionamento com a comunidade;
- **Reputação:** riscos de imagem; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Legais:** riscos que podem ser definidos como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos (ações cíveis, estratégicas, consumidor, ambientais, rescisões contratuais, processos trabalhistas e fiscais)

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A seguir, apresenta-se os grupos de riscos e como eles são tratados:

Financeiros: A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a empresa de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diário e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros.

Regulatórios: A atual matriz de riscos da Enel no Brasil classifica a revisão tarifária e a possibilidade de racionamento de energia como riscos regulatórios. Para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros que influenciam a tarifa em diferentes cenários, levando em consideração inclusive as condições hidrológicas projetadas. Uma área específica de Regulação acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades das empresas do Grupo.

Negócio: O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, responsáveis por avaliar a evolução da demanda e o cenário hidrológico no horizonte de cinco anos, utilizando modelos estatísticos. A partir daí, definem a participação da Companhia em leilões de compra de energia. Nos contratos de longo prazo, constam garantias de cumprimento à regulação do setor, com minimização de penalidades.

Operacionais: Representam os riscos da operação, em que a qualidade no fornecimento de energia e o índice de perdas são os principais aspectos identificados. Esses riscos são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção desses riscos.

Estratégicos: Representam os riscos que afetam a estratégia de negócio ou os objetivos estratégicos de uma organização. Esses riscos são gerenciados pela área de *Risk Control South America* através da matriz de riscos que contem riscos estratégicos, cenário, operativo, legal, fiscal, regulatório, *cyber security*, sustentabilidade e reputacional classificados de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, que são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação dos mesmos (*Country Managements* e *Risk Owners*).

Socioambientais: A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) utilizado para identificar e monitorar esses riscos. O Princípio da Precaução é a base considerada no SGA, que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

orienta a execução de processos operacionais e tem por base requisitos das certificações ISO 14001 e OHSAS 18001 e normas técnicas ambientais. Por esse princípio, a ausência de absoluta certeza científica não é razão para adiar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente ou à saúde humana. Os principais riscos sociais referem-se à segurança das pessoas e a prejuízos financeiros ao usuário da energia elétrica e são gerenciados por meio de procedimentos comerciais, operacionais, de execução e de segurança do trabalho, além de projetos e procedimentos que minimizam os impactos.

Reputação: Há acompanhamento diário de notícias na imprensa e em redes sociais e análise de acontecimentos que possam impactar negativamente a imagem da companhia. Para definir a melhor estratégia em relação às partes interessadas, são realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente. Adicionalmente, a Companhia possui um Programa de Integridade aprovado pelo Conselho de Administração que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (Lei 12.846/13), através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas relacionadas a responsabilidade penal corporativa. Esse programa está inserido no Programa Global de Compliance, adotado pelas companhias do grupo Enel no Brasil aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de dezembro de 2016.

Legais: Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia. Além disso, para processos com chance de perda provável, provisões são estabelecidas de forma a minimizar o impacto financeiro de eventuais perdas. Para processos com chance de perda possível ou remota não são estabelecidas provisões.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da holding Enel Brasil S.A.; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

A função de *Risk Control South America* atende a todos, e cada um dos países dentro da América do Sul, onde é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a *Commodity, New Investments, Modeling, Counterparts, Credit, Guarantees, Regulatory, Legal, Tax, Environmental, Foreign Exchange, Interest Rate*, bem como, identificar outros riscos de forma ex-ante e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo ex post com a continua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Line de Infra-estrutura & Networking (I&N), Trading Generation (TGx), Geração (GT), Enel Green Power (EGP)* e Enel X.

No âmbito de cada companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de auditoria interna, responsável por

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento.

Além do comitê de riscos e da auditoria interna, a Companhia conta ainda com uma área de controles internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão dos riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de auditoria interna e de controles internos, gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como *Process* e *Control Owners* dos riscos que afetam as demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, eles utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia.

A Companhia dispõe de um Código de Ética, que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com esta empresa. Adicionalmente, a Companhia dispõe de um canal de denúncias em seu website, que garante o anonimato de seus delatores.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação.

A Companhia adota estratégias visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos financeiros. Com essa finalidade, mantém processos gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia tem como objetivos de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível mínimo de caixa para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

Risco de crédito: possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de câmbio: decorrente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio que afetem a Companhia via: (i) despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a moedas estrangeiras; e (ii) preço da energia comprada de Itaipu, o qual é estabelecido em dólares americanos, sendo que as variações das taxas de câmbio desse contrato são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA.

Risco de taxas de juros e inflação: possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco de liquidez: devido principalmente à variação de receita (mercado) e aos impactos regulatórios, que podem resultar na variação do preço de energia.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia poderá buscar os instrumentos mais adequados para proteção patrimonial. Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro; e
- Cenário de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos financeiros mais utilizados pela Companhia visando à proteção patrimonial são SWAPs e Contratos a Termo para proteção (*hedge*) contra o risco de taxa de juros e moeda estrangeira em certas obrigações atreladas à moeda não funcional.

Definido o objeto do *hedge* e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia havia contratado R\$ 1.025 milhões em instrumentos financeiros derivativos (SWAPs) para proteção de operações financeiras (empréstimos e financiamentos) em moeda estrangeira.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros, a Companhia utiliza-se de monitoramento dos potenciais impactos financeiros utilizando informações de mercado para calcular o *Mark to Market* e realizar análises de sensibilidade dos instrumentos, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta através de projeções de fluxos de caixa atualizadas periodicamente e de sua posição econômica.

Decisões sobre a mitigação de riscos estão relacionadas à percepção de riscos evidenciados pelas projeções mencionadas e às oportunidades de mercado para proteções adequadas, seguem parâmetros estabelecidos em diretrizes gerais e políticas do grupo Enel listadas a seguir:

Risco de crédito

Em relação a perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. Além disso, é estabelecida provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Em relação ao risco de contraparte, a companhia possui limites de exposição por instituição financeira. Esses limites são definidos baseados no rating de cada instituição, levando em consideração também o patrimônio líquido e relacionamento global com o grupo Enel no mundo. Mensalmente os limites são checados e podem sofrer alteração ou manutenção, seguindo também diretrizes do monitoramento corporativo de riscos para cada instituição financeira.

As contrapartes classificadas como *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) possuem limite de exposição que variam de € 5,0 milhões (cinco milhões de euros) a no máximo € 80,0 milhões (oitenta milhões de euros). Já as instituições que não são classificadas como *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) não são admitidas como contraparte.

Risco de câmbio

De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (*swaps*) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Risco de taxas de juros e inflação

A Companhia monitora periodicamente o impacto potencial de variação nas taxas de juros e inflação de forma a avaliar a eventual necessidade de buscar proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, através de balanceamento entre ativos e passivos no curto/médio prazos, medidas de diversificação de indexadores ou eventual contratação de derivativos (caso haja disponibilidade em condições adequadas).

A contratação eventual de instrumentos derivativos é sujeita à aprovação prévia pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia quando necessário.

Risco de liquidez

A Companhia monitora os fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos cujo montante, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 200 mil.

Além disso, a Companhia possui limites de mútuos com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel totalizando até R\$ 2,2 bilhões, dos quais em 31 de dezembro de 2018, R\$ 835 milhões haviam sido utilizados. Adicionalmente em 11 de dezembro de 2018, por meio do despacho nº 2.979, a Aneel emitiu anuência prévia para a Companhia celebrar com seus controladores novos contratos de mútuos no valor de até R\$ 1,7 bilhão pelo prazo de até quatro anos.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo diverso de proteção patrimonial (*hedge*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

No grupo Enel, a estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos se inicia no Conselho de Administração da Enel SpA (acionista controlador indireto) com a aprovação das políticas que estabelecem os riscos e seu respectivo monitoramento. A estrutura conta ainda com o Comitê de Controles e Riscos que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho de Administração da Companhia, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, conforme riscos e diretrizes estabelecidos em política.

A nível regional a área de *Risk Control South America* atende a todos, e cada um dos países dentro da América do Sul, incluindo a Companhia, a qual é responsável pela gestão dos principais riscos de mercado, entre outros riscos, identificando-os de forma ex-ante e definindo em conjunto com *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para processo ex-post com a continua gestão de riscos, buscando eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados.

Na Companhia, o Diretor Financeiro é o responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos de mercado seguindo as diretrizes da Política Global, apoiado pela estrutura de finanças da holding da Companhia no país, Enel Brasil S.A.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de auditoria interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento na Companhia.

A Companhia conta, ainda, com uma área de Controles Internos (ICFR – *Internal Control over Financial Reports*) que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme citado acima, a Companhia executa o monitoramento da gestão dos riscos por meio da implantação de controles internos, que mitigam os riscos que podem impactar nos resultados financeiros da Companhia, bem como através de testes de efetividade destes controles. A área de Controles Internos tem a função de assegurar a implantação e continuidade dos controles e os testes de efetividade são efetuados pela área de auditoria interna.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de risco adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos *Control Owners* (executor controle) e *Process Owners* (dono dos processos), e testados por uma empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05 e garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

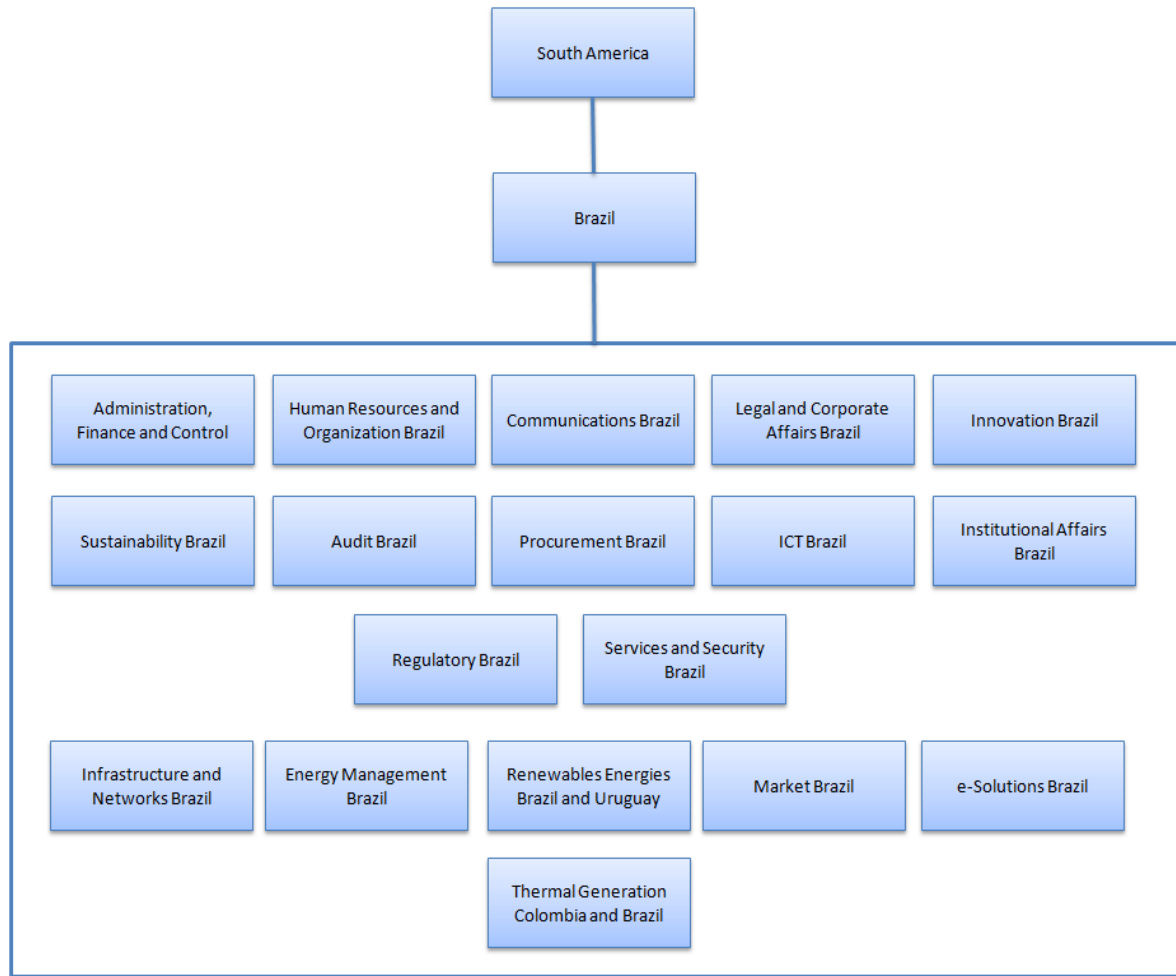
A Companhia possui uma área de Controles Internos, em conformidade com a Lei Sarbanes Oxley, que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos e das boas práticas de Governança Corporativa.

Para todas as deficiências identificadas no sistema de controles internos, são definidos planos de ação, o responsável e o prazo para remediá-las.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui 18 estruturas organizacionais, conforme abaixo. Todas essas estruturas são contempladas e envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle interno da Companhia. Essas estruturas participam semestralmente da Certificação do ambiente de controles interno através da avaliação de eficácia dos controles desenhados para mitigar os riscos relacionados aos seus processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos *Control Owners* e *Process Owners* dos processos, e testados por uma empresa de consultoria independente para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05.

A área de auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração e respectivo controle e comitês de Risco "CRC (s)" e Top de que o controle interno e do sistema de gestão de risco eficientemente gerido, contribui para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente**

Os auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social. A Companhia analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes. A implementação dos planos de ação vem sendo acompanhada pela área de Controles Internos. A carta de recomendação relacionada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 dos Auditores Independentes não observou pontos relevantes de controle.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia concorda com a maior parte das recomendações da carta de recomendação dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gestão de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, visa, dentre outros objetivos, à proteção de riscos de reputação e imagem. Além disso, a Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir e detectar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia também segue o Programa de Integridade aprovado por seu Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2016 que visa garantir aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas relacionadas a responsabilidade penal corporativa. Além disso, a Companhia adota, conforme aprovação pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2016, o Programa Global de Compliance do grupo Enel que foi criado para todas as sociedades do grupo Enel no mundo e que toma como referências os requisitos das mais avançadas leis anticorrupção como as FCPA e UK Bribery Act 2010.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta:** A Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- **Plano de Tolerância Zero Corrupção:** O grupo Enel é comprometido com o respeito a seu Código de Ética e com os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global. Dessa forma, exige aos seus colaboradores que sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas tarefas. Os mesmos compromissos também são exigidos às demais partes interessadas, ou seja, às pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los.
- **Conduta em caso de Conflito de Interesses:** Orienta em como identificar e proceder em situações de conflito de interesses. Essa conduta aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Política de Presentes e Entretenimento:** Define padrões e limitações sobre a oferta e a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

aceitação de presentes e entretenimento. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.

- **Política de Contribuições e Doações de Qualquer Natureza:** Orienta na realização de contribuições e doações de qualquer natureza em nome da Companhia. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia. No que tange doações a partidos políticos, a Companhia não financia partidos políticos, nem seus representantes ou candidatos, nem no Brasil nem em outros países e não patrocina nenhum acontecimento cujo fim exclusivo seja a propaganda política.
- **Ações de Comunicação:** Ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de *Compliance* através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV.
- **Condução de Treinamentos:** De modo a garantir que todos os colaboradores da Enel tenham um entendimento correto do Código de Ética, a Diretoria de Recursos Humanos preparará e implantará, em coordenação com a Auditoria Interna, um plano de treinamento anual focado no conhecimento dos princípios e normas éticos.
- **Canal de Denúncias:** A Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas através do e-mail do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210- 205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- **Gestão de Riscos:** A função de *Risk Control Enel South América* é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a *Commodity, New Investments, Modeling, Counterparties, Credit, Guarantees, Regulatory, Legal, Tax, Environmental, Foreign Exchange, Interest Rate*, bem como, identificar outros riscos e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo *ex post* com a contínua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Lines*.
- **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** O relacionamento do grupo Enel com órgãos e autoridades da administração pública está regulamentado pelo Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas - documento anexo ao Código de Ética, que visa: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que suponham vantagens competitivas ilícitas; (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações com funcionários públicos e autoridades públicas.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui um funcionário responsável pela auditoria interna formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de *Compliance Officer*) e possui, entre suas principais funções, apoiar o Conselho de Administração na implantação e manutenção do Programa de Compliance da Companhia. A unidade de auditoria interna é a responsável por realizar a análise de riscos e prever controles, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

Dada a relevância do Programa de Integridade e considerando que o mesmo permeia todas as áreas da Companhia, o *Compliance Officer* conta com o apoio dos diretores jurídicos, através do suporte formal da unidade Compliance dentro da diretoria Jurídica, e de Recursos Humanos, através do “Comitê de Supervisão do Programa de Integridade”, cuja principal função é monitorar a eficácia e a atualização do Programa.

O Comitê de Supervisão do Programa de Integridade do Grupo Enel tem como principal objetivo monitorar a eficácia e atualização do Programa de Integridade, a fim de prevenir ou mitigar os riscos que possam gerar responsabilidades para a Enel e para as suas controladas. Para isso, o Comitê: (i) fiscaliza o cumprimento das disposições do Programa de Integridade e das normas éticas aplicáveis; (ii) verifica a eficiência do Programa de Integridade para prevenir a ocorrência de quaisquer situações contrárias ao mesmo ou à legislação vigente; (iii) atualiza periodicamente o Programa de Integridade com o intuito de adaptá-lo às necessidades das controladas e às mudanças legais; e (iv) analisa descumprimentos éticos identificados e determina as medidas disciplinares aplicáveis.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas. Esses compromissos e responsabilidades guiam todas ações da Companhia, fornecendo um modelo de como todos devem interagir com outras pessoas da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

Dentre as orientações estabelecidas no Plano de Tolerância Zero temos a obediência ao Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

(i) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Os princípios e condições contidos no Código de Ética da Companhia são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, de outros órgãos de controle da Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e temporários. Além disso, as companhias do grupo Enel exigem que seus principais fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais deste Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

(ii) se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Anualmente são feitos treinamentos para garantir conhecimento quanto a governança corporativa da Companhia bem como aos temas de ética e *compliance*.

(iii) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do grupo Enel são apuradas e, caso seja identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas.

(iv) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e o Plano de Tolerância Zero Corrupção foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de dezembro de 2010 e estão disponíveis no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pr/investidores/a201612-comportamento-etico.html>) e no site da intranet do grupo Enel.

(b) canal de comunicação

Conforme mencionado nos itens anteriores, as denúncias deverão ser apresentadas através do e-mail do Canal Ético da Enel Brasil (<http://www.ethicspoint.com/>) ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210-205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro.

Além disso, a Companhia possui um Canal Ético disponível na intranet, internet e através de telefone (0800-892-0696), o canal de denúncias recebe denúncias sobre práticas e comportamentos corporativos inadequados, referentes à confidencialidade, conflitos de interesse em auditorias, apropriação indevida, meio ambiente, saúde e segurança e problemas com fornecedores e prestadores de serviço. O canal de denúncias atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

Há também a ouvidoria interna, área destinada a receber reclamações dos colaboradores, tem sua gestão realizada desde outubro de 2014 por uma empresa externa e independente, responsável por encaminhar as queixas ou comunicações a Recursos Humanos, garantindo a confidencialidade do autor. A mudança buscou conferir mais autonomia e transparência a esse canal de relacionamento.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A recepção das manifestações é feita por uma empresa terceirizada para garantir total isenção no acolhimento de toda e qualquer manifestação. Por outro lado, a gestão e o tratamento, das remediações está sob responsabilidade da auditoria interna da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de quaisquer pessoas, incluindo empregados e terceiros.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O contato com o canal de denúncias pode ser feito de forma anônima e as informações são tratadas de forma confidencial, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da Companhia ou das pessoas envolvidas no testemunho.

Além disso, a Companhia tem o compromisso de manter um ambiente de trabalho em que todos se sintam à vontade para esclarecer dúvidas, expressar preocupações e fazer sugestões apropriadas quanto às práticas de negócio. Por esse motivo, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra quem fizer algum questionamento ou demonstrar alguma preocupação, ou, de boa-fé, denunciar um comportamento possivelmente inadequado.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As indicações enviadas ao canal de denúncias são apuradas pela equipe da auditoria interna da Companhia e da Enel.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Companhia realiza verificações sobre risco de práticas irregulares, como parte das atividades de *due diligence* realizadas durante processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, verifica se são dadas as condições mínimas necessárias para cumprir as diretrizes dos códigos éticos seguidos pela Companhia.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos três últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil que compreendem a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas neste item 10.1 em geral, especialmente no item 10.1 (h), significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado. Após o resultado da exitosa negociação de *covenants* realizada em dezembro de 2015 e o cumprimento dos compromissos de respaldo assumidos pela controladora, a estrutura de capital da Companhia foi readequada com o aumento de Capital no valor de R\$ 1.200 milhão realizado em dezembro de 2017. Esta posição se reflete em um nível de rating avaliado em brAAA (escala nacional), superior ao soberano do Brasil. A Companhia encerrou 2018 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,50 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA acumulado nos últimos 12 meses) em 3,75.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou em 3,38. O EBITDA acumulado dos 12 últimos meses referente a posição de 31 de dezembro de 2018 aumentou 47%, quando comparado com 2017.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 21 de fevereiro de 2018, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's Rating Services ("S&P") elevou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Global de 'BB' para 'BB+' e na Escala Nacional Brasil de brAA- para 'brAAA'. A perspectiva dos ratings em ambas as escalas é estável. A Companhia também possui Rating Nacional de Longo Prazo AAA (bra) atribuído pela Fitch Ratings, com perspectiva Estável, reafirmado em 21 de setembro de 2018. Nesta data, também foi reafirmado o mesmo rating à 9ª emissão de debêntures da Companhia.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e intercompanhia para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. A Ampla Energia encerrou 2018 com o custo da dívida médio em 8,94% a.a., ou CDI + 2,32% a.a. (incluindo o custo de financiamento de longo prazo com recursos da Enel Brasil).

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
Dívida Bruta / EBITDA	3,75	4,94	8,66
Dívida Líquida / EBITDA	3,38	4,27	7,86
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,50	0,48	0,59
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,48	0,45	0,57
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,56	1,56	1,39
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,65	0,80	0,81
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,11	0,16	0,14

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos SWAP, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O objetivo dos Diretores da Companhia durante o processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das operações da Companhia, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado. A estrutura de capital da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo, calculada considerando relação: / (dívida líquida + patrimônio líquido):

	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.495.551	3.356.968	2.269.847
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	2.981.240	2.551.267	1.964.373
TOTAL (R\$ mil)	6.476.791	5.908.235	4.234.220
Capital Próprio (%)	53,97%	56,82%	53,61%
Capital de Terceiros (%)	46,03%	43,18%	46,39%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

2018

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2018, 53,97% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 46,03% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2017

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2017, 56,82% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 43,18% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2016

No exercício de 2016, as operações da Companhia foram financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, 53,61% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 46,39% oriundos de capital de terceiros. Com estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2018, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros, refletida no cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	BNDES 2011e 2017	3,50	2,68	3,15	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	BNDES 2011e 2017	0,60	0,46	0,43	0,46
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	165	186	2,11
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,31	0,26	0,26
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	2,68	3,15	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	CITIBANK N.A.	0,60	0,46	0,43	0,46
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	ITAUBBA PLC	3,50	2,68	3,15	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	ITAUBBA PLC	0,60	0,46	0,43	0,46

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Contrato - Emissões de Debentures	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
Dívida Financeira Líquida** / EBITDA*** (máximo)	6ª, 7ª e 8ª	3,50	-	3,15	3,03
EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas* (mínimo)	6ª e 7ª	1,75	-	3,53	2,81
Dívida Financeira Líquida** / (PL + Dívida Financeira Líquida**) (máximo)	8ª	0,60	-	0,43	0,46
Dívida Financeira Líquida** / EBITDA*** (máximo)	9ª	3,50	2,68	-	-

* Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida Não Subordinada + Variação Monetária - Renda de Aplicações Financeiras

** Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

*** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2018

Ao final do exercício de 2018, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2018, medindo 2,68, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2018 em 0,46 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

2017

Ao final do exercício de 2017, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2017, medindo 3,15, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2017 em 0,43 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

2016

Ao final do exercício de 2016, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou o ano, medindo 3,03, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente de pagamento. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou o exercício em 0,46 (versus um limite referencial de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

no máximo 0,60), os diretores entendem que a Companhia encerrou este exercício com um nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações e investimentos com mais capital de terceiros no futuro. Observa-se, ainda, por meio do índice de cobertura dos gastos financeiros (EBITDA sobre despesas financeiras líquidas, demonstrado na tabela acima) o qual encerrou o período em 2,81, acima do limite mínimo de 1,75, que a companhia possui capacidade suficiente de pagamento dessas despesas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais (2016, 2017 e 2018), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas;

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversos bancos; (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); (v) empréstimos contratados no mercado financeiro; e (vi) empréstimos intercompanhia realizados pela sua controladora (até R\$ 2.200 milhões já aprovados pela Aneel até dezembro de 2019).

Em 11 de dezembro de 2018, por meio do Despacho Nº 2.979, a Aneel emitiu anuência prévia para a Companhia celebrar com seus controladores novos contratos de mútuos por um valor de até R\$ 1,7 bilhão pelo prazo de até quatro anos. O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte relevante das necessidades de recursos financeiros, incluindo investimentos. A Companhia busca financiamento por meio de operações bancárias e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

No exercício de 2018, foram captados o montante de R\$ 86.866 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; e R\$ 320.000 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

No exercício de 2017, foram captados o montante de R\$ 417.467 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; R\$ 250.000 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro; e R\$ 600.000 mil para financiar capital de giro e reperfilar as dívidas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

No exercício de 2016, foram captados o montante de R\$ 235.546 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; e R\$ 427.717 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de linhas *revolving* de crédito bancário, já contratadas e imediatamente disponíveis, e contas garantidas mantidas para este fim. Em 2018, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 200.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000 mil, dos quais, em 31 de dezembro de 2018, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.364.501 mil. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência do seu perfil de riscos financeiros.

Além disso, em 11 de dezembro de 2018, por meio do Despacho Nº 2.979, a Aneel emitiu anuência prévia para a Companhia celebrar com seus controladores novos contratos de mútuos por um valor de até R\$ 1.700.000 mil pelo prazo de até quatro anos. Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R\$ 914.662 mil refere-se a crédito com a Controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para execução de investimentos, a Companhia utilizou financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, e também a emissão de dívida no mercado de capitais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2018, 2017 e 2016**Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):**

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
Citibank N.A. (II)	376.925	-	-
CITIBANK 431 III	143.984	-	-
Itaú BBA International PLC	299.146	255.433	-
Citibank N.A.	-	125.400	126.054
Santander Chile	295.048	253.905	250.050
Total de Empréstimos	1.115.103	634.738	376.104

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamentos	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
BNDES (CAPEX 2011) (a)	25.431	35.619	45.795
BNDES (CAPEX 2011) (a)	-	10.020	29.593
BNDES (CAPEX 2011) (a)	-	9.936	29.605
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	36.510	44.780	53.047
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	36.555	60.551	83.845
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	36.568	60.578	83.879
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	1050	1566	2.066
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	23.164	38.423	44.758
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	89.159	113.104	140.027
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	110.593	133.131	161.392
BNDES A1- ITAÚ (d)	144.811	109.966	-
BNDES B1- ITAÚ (d)	81.684	78.285	-
BNDES C1- ITAÚ (d)	18.770	12.620	-
BNDES A2- BRADESCO (d)	92.428	70.359	-
BNDES B2- BRADESCO (d)	52.278	50.105	-
BNDES C2- BRADESCO (d)	12.013	8.078	-
BNDES A3- SANTANDER (d)	66.433	50.563	-
BNDES B3- SANTANDER (d)	37.575	36.345	-
BNDES C3- SANTANDER (d)	8.634	5.822	-
Total de Financiamentos	873.656	929.851	664.007
Partes Relacionadas			
Enel Brasil	914.662	936.119	1211.976
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	108.791	-	-
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	1.023.453	936.119	1.211.976
Total de Empréstimos e Financiamentos	3.012.212	2.500.708	2.252.087
Resultado das Operações de Swap	-98.833	46.972	65.809
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.913.379	2.547.680	2.317.896
Circulante	1.761.231	1.090.025	373.422
Não Circulante	1.250.981	1.410.683	1.878.665

Características das operações contratadas:

- Repassse BNDES FINEM/FINAME 2011 - Financiamento para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2011, no montante total de R\$ 331.397.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Repassse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Repassse BNDES FINEM/FINAME 2014/2015 – Financiamento para o plano de investimento 2014/2015 da Companhia contratado em 04 de setembro de 2015, no montante total de R\$ 476.612.954,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Repassse BNDES FINEM/FINAME 2016/2017- Financiamento para o plano de investimento 2016/2017 da Companhia contratado em 15 de setembro de 2017, no montante total de R\$ 513.953.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Contrato com Citibank N.A – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 06 de janeiro de 2016, no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 150.000.000,00;
- Contrato de Abertura de Crédito com Banco Santander Chile (Nº 6.127-2016) – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 07 de março de 2016, no montante total de USD 75.000.000,00, equivalentes a R\$ 277.717.500,00;
- Contrato com Itaú BBA International – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 05 de julho de 2017, no montante total de USD 75.620.084,69, equivalentes a R\$ 250.000.000,00;
- Contrato com Citibank N.A (II) – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 28 de março de 2018, no montante total de USD 96.869.891,63, equivalentes a R\$ 320.000.000,00;
- Contrato com Citibank 4131 (III) – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 24 de dezembro de 2018, no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 143.580.445,54.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
2017	-	-	-
2018	-	-	273.524
2019	-	662.773	140.1522
2020	242.616	208.305	104.908
2021	879.645	427.486	74.200
Após 2021	128.720	12.119	24.511
	1.250.981	1.410.683	1.878.665

Debêntures

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2018		Exercício findo em 31/12/2017		Exercício findo em 31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 6ª emissão	-	-	-	-	-	-
2ª série - 6ª emissão	-	-	-	-	95.300	87.831
1ª série - 7ª emissão	-	-	-	-	50.302	-
2ª série - 7ª emissão	-	-	-	-	150.482	274.287
1ª série - 8ª emissão	-	-	-	-	60.903	100.000
2ª série - 8ª emissão	-	-	-	-	60.903	100.000
1ª série - 9ª emissão	1511	600.000	1630	600.000	-	-
(-) Custos a Amortizar	-	-2.074	-	-3.108	-972	-1793
Total sem Efeito de Swap	1.511	597.926	1.630	596.892	416.918	560.325
Resultado das operações de Swap	-	-	-	-	-787	-
Total de Debêntures Líquido	1.511	597.926	1.630	596.892	416.131	560.325

Em 31 de dezembro de 2018, as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Características das emissões:**

Características	6ª emissão	6ª emissão
	1ª Série	2ª Série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,2% a.a.	IPCA+7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Características	7ª emissão	7ª emissão
	1ª Série	2ª Série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,02% a.a.	IPCA+6,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características	8ª emissão	8ª emissão
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples	15.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	16 de julho de 2014	16 de julho de 2014
Vencimento inicial	15 de julho de 2017	15 de julho de 2017
Vencimento final	15 de julho de 2019	15 de julho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,45% a.a.	CDI+1,45% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Em três parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2017, 2018 e 2019	2017, 2018 e 2019

Características	9ª emissão
	Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2020
Vencimento final	15 de dezembro de 2020
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	114% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Única Parcela
Data das amortizações	2020

6ª Emissão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

8ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2014, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

9ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a 9ª emissão das debêntures, que tem como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2018.

Obrigações especiais financeiras	Limites 9ª Emissão
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016
2017	-	-	-
2018	-	-	324.176
2019	-	-	236.149
2020	597.926	596.892	-
	597.926	596.892	560.325

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2018	%	Exercício findo em 31/12/2017	%	Exercício findo em 31/12/2016	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	586.548	16,7%	537.641	17,1%	189.920	5,8%
TJLP	374.288	10,7%	447.010	14,2%	369.015	11,2%
Selic	110.593	3,1%	133.131	4,2%	151.392	4,6%
CDI	2.087.341	59,4%	1.789.802	56,9%	1.959.516	59,5%
IPCA	303.671	8,6%	230.888	7,3%	607.900	18,5%
Libor	50.375	1,4%	7.730	0,2%	16.609	0,5%
Total	3.512.816	100,0%	3.146.202	100,0%	3.294.352	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com instituições financeiras que repassam recursos do BNDES. A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas anteriormente.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos três últimos exercícios, com exceção dos empréstimos intercompanhia firmados com a Enel Brasil que estão subordinados ao contrato de repasse BNDES nº 000050002509800, ao contrato de empréstimo com o Citibank S/A e ao contrato Itaú BBA International. O empréstimo com Santander Chile não apresenta exigências de *covenants* financeiros. Adicionalmente, para as obrigações do passivo exigível, em eventual concurso universal de credores, a Companhia seguirá a ordem estabelecida no art. 83 da Lei de falências (Nº 11.101).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de *covenants* financeiros, (Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA \leq 3,50; Dívida Financeira Líquida ÷ Dívida Financeira Líquida + PL \geq 0,60) para as debêntures; e (Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ajustado \leq 3,5; Dívida Líquida ÷ (Dívida Líquida + PL) \leq 0,6 – para os Contratos de Repasse BNDES, do Citibank N.A e do Itaú BBA International.

A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasse e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia.

Segue no quadro abaixo os contratos financeiros da Companhia e suas cláusulas restritivas e de vencimento antecipado cruzado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

N.º	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
1.	Cédula de Crédito Bancário para Financiamento mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050002509800	BNDES (Itaú, Bradesco, Votorantim e Alfa como agentes financeiros)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Adicionalmente, o controle efetivo, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES e dos Agentes Financeiros</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objeto social.</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,70% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vinda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> Manter e/ou aportar recursos na forma de integralização de capital e/ou mútuos subordinados com os saldos mínimos de 800 milhões de reais ao final de 2015 e 1 bilhão de reais ao final do ano de 2016. Pre-pagar mútuos subordinados, a qualquer momento a partir de 01.01.2018, desde que o Índice Financeiro Líquido / LAJIDA fique menor que 2,70. A Enel Brasil S.A se obriga a manter e/ou aportar recursos na BENEFICIÁRIA na forma de integralização de capital e/ou mútuos subordinados com os saldos mínimos de 800 milhões de reais ao final de 2015 e 1 bilhão de reais ao final do ano de 2016, ambas com base nas demonstrações contábeis anuais apresentadas a CVM e 31/12/2015 e 31/12/2016, respectivamente.</p> <p><u>Protesto de Título:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).</p>
2.	Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 003150004151100	BNDES (Itaú, Santander)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Haver incorporação, cisão, fusão ou alteração do controle acionário sem a prévia anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros.</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objetivo social, consignado no estatuto ou contrato social.</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,49% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vinda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
3.	Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050004254700	BNDES (Itaú, Santander, Bradesco, Banco do Brasil)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Haver incorporação, cisão, fusão ou alteração do controle acionário sem a prévia anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros.</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,77% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vinda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Protesto de Título:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nº	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
4.	Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050004414600	BNDES (Itaú, Santander, Bradesco)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da BENEFICIÁRIA por outra sociedade, cisão ou fusão da BENEFICIÁRIA, e alteração do controle acionário indireto da BENEFICIÁRIA, sem a prévia anuência dos AGENTES FINANCEIROS e do BNDES.</p> <p><u>Garantias:</u> Para garantir o pagamento das obrigações, constitui-se as seguintes garantias: Fiança da Enel Brasil S.A. garantindo 100% das obrigações deste CONTRATO, e cessão fiduciária da receita operacional líquida mensal da BENEFICIÁRIA, com a obrigação de transitar um valor mínimo de R\$ 15.500.000 (quinze milhões e quinhentos mil reais) pela CONTA VINCULADA.</p> <p><u>Protesto de Título:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
5.	Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública da Ampla Energia e Serviços S.A.	Pentágono S.A	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 4,00 para o 1 e 2 trimestre de 2018; 3,50 do 3 trimestre de 2018 até a data de vencimento.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora;</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação de ações da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's;</p> <p><u>Ordem de Pagamento por decisão judicial:</u> Descumprir ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 70.000.00 (setenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira que esteja sujeita a Emissora e/ou a Fiadora, ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> contra a Emissora existe protesto de títulos com valor não pago, individual ou agregado, maior que R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), não regularizado em 15 dias úteis contados da data do respectivo protesto</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

N.º	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
6.	Credit Agreement - Citibank	Citibank	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Total Líquida / EBITDA não exceda de 2,70 para 1,00 e Dívida fin. líq/(Dívida fin. Líq + PL) igual ou menor que 0,60.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Enel SpA, corporação regida sob as leis da Itália, deve ter controle direto ou indireto da maioria das ações ordinárias da Ampla, ou deter poder direto ou indireto sobre a administração e as políticas da Ampla. Transferir a terceiro seu controle societário, salvo se o controle for para a Enersis, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> - Manter um saldo de, no mínimo, 800 milhões de reais em 31/12/2015); 1 bilhão de reais em 31/12/2016, ou seu equivalente em outras moedas, em Mútuos Subordinados com Pessoas ligadas, sendo certo que o DEVEDOR não poderá pre-pagar, no todo ou em parte tais Mútuos subordinados se não cumprir com o indicador do EBITDA que não exceda 2,70 para 1,00. 01/01/2018.</p>
7.	Contrato de abertura de crédito Banco Santander - Chile (6.127-2016)	Santander	<p><u>Transferência de Controle:</u> Se durante a vigência do presente contrato o garantidor deixar de manter, direta ou indiretamente, o Controle do Devedor e a capacidade de assegurar a maioria dos votos, exceto se o controle passe a ser exercido por outra sociedade controlada por Enel Américas.</p> <p><u>Medida Judicial ou Extrajudicial:</u> se aplicar sentença firme e executória, cujo montante seja maior de 5% do ativo consolidado do Devedor, refletido nos últimos balanço do Devedor; ou ainda detectar sentença judicial com valor igual ou superior a 15 milhões de dólares ou equivalente, não pagos em 15 dias úteis. E ainda, medida que comprometa um montante igual ou superior a 3% de ativo total consolidado do Garantidor, segundo seus estados financeiros consolidados.</p> <p><u>Objeto Social:</u> qualquer modificação importante no Estatuto Social, como exemplo: duração da empresa, redução de capital ou que afete direitos do Credor.</p> <p><u>Declarações de cumprimento:</u> Enviar ao Banco Santander declaração de obrigações cumpridas (de fazer ou não fazer) junto com as DFP (trimestral e anual)</p>
8.	Contrato de Empréstimo Internacional	Itaú BBA International (PLC)	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Total Líquida / EBITDA <= 3,50 e Dívida financeira líquida/(Dívida financeira Líquida + PL) >= 0,60</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> SOLICITAR a anuência prévia e expressa do CREDOR, no caso de transferência do controle acionário direto ou indireto do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR, ainda que em decorrência de INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, FUSÃO ou CISÃO do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR. Salvo exceção se o controle continuar com a ENEL AMÉRICAS S.A (CHILE), pelo GARANTIDOR (DEVEDOR) ou por outra empresa com RATING inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da ENEL AMÉRICAS.</p> <p><u>Garantias Contratuais:</u> As garantias do contrato estão cobertas por 100% da Cessão fiduciária do Swap e o Aval Enel Brasil SA, com o comprometimento do GARANTIDOR de ter obtido todas as autorizações necessárias</p> <p><u>Objeto Social:</u> Comunicar a mudança ou alteração do objeto social do DEVEDOR ou do GARANTIDOR, de forma a alterar as atuais atividades principais, ou agregar novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> Pode-se pre-pagar (total ou parcial) os mútuos subordinados, desde que, com tal amortização ou resgate antecipado, seja feito conforme aumento de capital do DEVEDOR, em montante igual ou superior ao montante do Mútuo Subordinado, ou a qualquer momento a partir de 01/01/2018, desde que o índice financeiro DFliquida/EBITDA, fique menor que 2,70, podendo amortizar 30% do saldo devedor dos Mútuos subordinados no momento do pré pagamento.</p> <p><u>Obrigação Pecuniária ou Não pecuniária:</u> Deixar de cumprir obrigação pecuniária do contrato, cujo valor individual e/ou agregado seja SUPERIOR a 15 milhões de reais, não sanada em 2 dias úteis; e não pecuniária cujo valor individual e/ou agregado seja superior a 50 milhões de reais e não sanada em 3 dias úteis</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Se existir título não pago com valor individual ou agregado superior a 50 milhões de reais não elididos no prazo legal.</p>

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2018, 2017, 2016):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2016	Desembolso em 2017	Desembolso em 2018	Desembolso Total	Garantias
Empréstimos									
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	-	06/01/2016	100%	0%	0%	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	-	07/03/2016	100%	0%	0%	100%	Fiança
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	-	05/07/2017	0%	100%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A (II)	Capital de Giro	320.000	-	28/03/2018	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A (III)	Capital de Giro	143.580	-	24/12/2018	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
Financiamentos									
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX	331.397	2010/2011	15/09/2011	0%	0%	0%	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX	450.171	2012/2013	16/08/2013	0%	0%	0%	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX	476.613	2014/2015	28/12/2015	0%	0%	0%	72%	Recebíveis
BNDES A1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX	127.265	2016/2017	25/10/2017	0%	85%	15%	100%	Recebíveis
BNDES B1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX	91.605	2016/2017	25/10/2017	0%	85%	15%	100%	Recebíveis
BNDES C1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX	25.870	2016/2017	25/10/2017	0%	49%	33%	82%	Recebíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX	81.449	2016/2017	25/10/2017	0%	85%	15%	100%	Recebíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX	58.627	2016/2017	25/10/2017	0%	85%	15%	100%	Recebíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX	16.557	2016/2017	25/10/2017	0%	49%	33%	82%	Recebíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX	58.542	2016/2017	25/10/2017	0%	85%	15%	100%	Recebíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX	42.138	2016/2017	25/10/2017	0%	85%	15%	100%	Recebíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX	11.900	2016/2017	25/10/2017	0%	49%	33%	82%	Recebíveis
Partes relacionadas									
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	1.349.793	-	-	11%	24%	0%	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	717.965	-	-	23%	77%	0%	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588	-	-	0%	0%	100%	100%	-

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Rio de Janeiro, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES contratados nos anos anteriores a 2018 refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinarciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

Exercício social findo em 31/12/2018

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 87 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

Exercício social findo em 31/12/2017

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 417 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

Exercício social findo em 31/12/2016

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 236 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios findo em:						Variações	
	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31/12/2018	(%)	31/12/2017	(%)	31/12/2016	(%)	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Ativos								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	267.076	2,75%	305.915	3,28%	251.357	3,10%	-12,70%	21,71%
Titulos e valores mobiliários	81.777	0,84%	120.091	1,29%	53.772	0,66%	-31,90%	123,33%
Consumidores e outras contas a receber	914.449	9,43%	763.400	8,18%	736.365	9,09%	19,79%	3,67%
Consumidores - serviços prestados	-	0,00%	85.585	0,92%	84.519	1,04%	-100,00%	1,26%
Ativos financeiros setoriais	229.300	2,36%	75.332	0,81%	-	0,00%	-	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	322.098	3,32%	346.447	3,71%	277.512	3,42%	-7,03%	24,84%
Cauções e depósitos	-	0,00%	-	0,00%	63.601	0,78%	-	-100,00%
Tributos a compensar	145.833	1,50%	304.050	3,26%	74.643	0,92%	-52,04%	307,34%
Serviço em Curso	55.270	0,57%	65.029	0,70%	65.426	0,81%	-15,01%	-0,61%
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	13.766	0,14%	2.637	0,03%	787	0,01%	422,03%	235,07%
Outros créditos	66.468	0,69%	87.594	0,94%	125.425	1,55%	-24,12%	-30,16%
Total do ativo circulante	2.096.037	21,62%	2.156.080	23,11%	1.733.407	21,39%	-2,78%	24,38%
Não circulante								
Consumidores	34.593	0,36%	50.140	0,54%	59.261	0,73%	-31,01%	-15,39%
Depósitos vinculados a litígios	214.571	2,21%	236.510	2,53%	223.325	2,76%	-9,28%	5,90%
Ativos financeiros setoriais	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Tributos a compensar	104.458	1,08%	106.406	1,14%	125.300	1,55%	-1,83%	-15,08%
Serviço em Curso	35.596	0,37%	14.351	0,15%	-	0,00%	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	98.364	1,01%	4.329	0,05%	10.316	0,13%	2172,21%	-58,04%
Tributos diferidos	322.338	3,32%	420.095	4,50%	369.898	4,56%	-23,27%	13,57%
Ativo indenizável (concessão)	3.378.495	34,84%	2.864.913	30,70%	2.242.355	27,67%	17,93%	27,76%
Imobilizado	61.175	0,63%	61.619	0,66%	71.552	0,88%	-0,72%	-13,88%
Intangível	2.673.290	27,57%	2.792.367	29,93%	3.268.616	40,33%	-4,26%	-14,57%
Ativos contratuais	677.482	6,99%	623.912	6,69%	-	0,00%	-	-
Total do ativo não circulante	7.600.362	78,38%	7.174.642	76,89%	6.370.623	78,61%	5,93%	12,62%
Total dos ativos	9.696.399	100,00%	9.330.722	100,00%	8.104.030	100,00%	3,92%	15,14%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios findo em:						Variações	
	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31/12/2018	(%)	31/12/2017	(%)	31/12/2016	(%)	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Passivo								
Circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	758.868	7,83%	900.125	9,65%	688.858	8,50%	-15,69%	30,67%
Empréstimos e financiamentos	1.761.231	18,16%	1.090.025	11,68%	373.422	4,61%	61,58%	191,90%
Debêntures	1.511	0,02%	1.630	0,02%	416.918	5,14%	-7,30%	-99,61%
Salários, Provisões e encargos sociais	48.143	0,50%	43.072	0,46%	42.546	0,52%	11,77%	1,24%
Obrigações fiscais	119.762	1,24%	124.737	1,34%	124.301	1,53%	-3,99%	0,35%
Dividendos a pagar	87.184	0,90%	46.515	0,50%	46.515	0,57%	87,43%	0,00%
Passivos financeiros setoriais	-	0,00%	-	0,00%	19.042	0,23%	-	-
Taxa regulamentares	375.897	3,88%	369.210	3,96%	339.189	4,19%	1,81%	8,85%
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	7.680	0,08%	34.291	0,37%	13.510	0,17%	-77,60%	-
Outras obrigações	84.657	0,87%	75.817	0,81%	83.549	1,03%	11,66%	-9,25%
Total do passivo circulante	3.244.933	33,47%	2.685.422	28,78%	2.147.850	26,50%	20,84%	25,03%
Não circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	454	0,00%	404	0,00%	162	0,00%	12,38%	149,38%
Empréstimos e financiamentos	1.250.981	12,90%	1.410.683	15,12%	1.878.665	23,18%	-11,32%	-24,91%
Debêntures	597.926	6,17%	596.892	6,40%	560.325	6,91%	0,17%	6,53%
Passivos financeiros setoriais	6.111	0,06%	32.088	0,34%	41.439	0,51%	-80,96%	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	429.975	4,43%	492.442	5,28%	493.335	6,09%	-12,69%	-0,18%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	602.204	6,21%	665.104	7,13%	603.705	7,45%	-9,46%	10,17%
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	5.617	0,06%	19.647	0,21%	62.615	0,77%	-71,41%	-
Outras obrigações	269	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Taxa regulamentares	62.378	0,64%	71.072	0,76%	46.087	0,57%	-12,23%	54,21%
Total do passivo não circulante	2.955.915	30,48%	3.288.332	35,24%	3.686.333	45,49%	-10,11%	-10,80%
Patrimônio líquido								
Capital social	2.498.230	25,76%	2.498.230	26,77%	1.298.230	16,02%	0,00%	92,43%
Reserva de capital	23.254	0,24%	23.254	0,25%	23.254	0,29%	0,00%	0,00%
Reserva de lucros	976.874	10,07%	826.920	8,86%	947.904	11,70%	18,13%	-12,76%
Outros resultados abrangentes	(2.807)	-0,03%	8.564	0,09%	459	0,01%	-132,78%	1765,80%
Total do patrimônio líquido	3.495.551	36,05%	3.356.968	35,98%	2.269.847	28,01%	4,13%	47,89%
Total dos ativos	9.696.399	100,00%	9.330.722	100,00%	8.104.030	100,00%	3,92%	15,14%

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variações patrimoniais: 2018 versus 2017
Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 267.076 mil) sofreu uma redução de R\$ 38.839 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 305.915 mil), decorrente, principalmente, de maiores custos com encargos de CDE e energia.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2018, esta conta totalizou R\$ 322.098 mil, uma redução de R\$ 24.349 mil em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 346.447). A variação é decorrente, principalmente, de compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE.

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016, 2.207/2017 e 2.377/2018), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$ 328.062 (R\$ 347.349 em 2017), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Circulante (Tributos a Compensar):

Em 31 de dezembro de 2018, os tributos a compensar do ativo circulante totalizaram R\$ 145.833 mil, uma redução de R\$ 158.217 mil em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 304.050 mil). Esta variação é em função, principalmente, da ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, a qual foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. A Companhia utilizou em 6 meses de 2018 como compensação de impostos a pagar.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 3.378.495 mil, um aumento de R\$ 513.582 mil em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.864.913 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 379.965 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 133.617 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e sobre o custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,21% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP) e Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiros derivativos – SWAP):

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 366.614 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) realização de operações de crédito intercompanhia no montante aproximado de R\$ 114.382 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse do BNDES em torno R\$ 86.866 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 320.000 milhões, (iv) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 295.396 milhões; compensados, por (v) amortizações em torno de R\$ 287.118 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 173.768 milhões ocorridos entre os períodos.

Variações patrimoniais: 2017 versus 2016

Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 305.915 mil) sofreu um incremento de R\$ 54.558 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 251.357 mil), decorrente, principalmente, de uma redução nos custos com encargos de CDE e custo de compra de Itaipu.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2017, esta conta totalizou R\$ 346.447 mil, um aumento de R\$ 68.935 mil em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$ 277.512). A variação é decorrente, principalmente, de:

- (i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsidio baixa renda – CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até dezembro/2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 347.349 (R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

305.155 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Circulante (Tributos a Compensar):

Em 31 de dezembro de 2017, os tributos a compensar do ativo circulante totalizaram R\$ 304.050 mil, um aumento de R\$ 229.407 mil em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$ 74.463 mil). Esta variação é em função, principalmente, da ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, a qual foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 193.272 e a Companhia utilizará o crédito de acordo com as previsões legais.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 2.864.913 mil, um aumento de R\$ 622.558 mil em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.242.355 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 548.122 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 74.436 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

A redução observada entre 2017 e 2016 no valor de R\$ 152.287 mil deve-se, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 1.007 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 417 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 250 milhões, (iv) captações de debentures de R\$ 600 milhões, (v) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 256 milhões; compensados, por (vi) amortizações em torno de R\$ 1.259 milhões, (vii) capitalização dos mútuos subordinados no valor de R\$ 1.200 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 209 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

Variações patrimoniais: 2016 versus 2015

Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 251.357 mil) sofreu um incremento de R\$ 117.231 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 134.126 mil), decorrente, principalmente, de maiores captações de fundos e redução nos custos com energia.

Ativo Circulante (Consumidores e outras contas a receber):

Em 31 de dezembro de 2016, os consumidores e outras contas a receber totalizaram R\$ 736.365 mil, uma redução de R\$ 234.577 mil em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$ 970.942 mil). Esta variação é decorrente, principalmente, da venda de determinadas faturas de energia de clientes massivos no quarto trimestre de 2016, onde foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios destes ativos.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2016,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

esta conta totalizou R\$ 277.512 mil, um aumento de R\$ 104.284 mil em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$ 173.228 mil). A variação é decorrente, principalmente, de:

- (i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsidio baixa renda – CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até dezembro/2016 (Resoluções homologatórias 1.703, 1861 e 2.023), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 305.155 (R\$ 231.405 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 2.242.355 mil, um aumento de R\$ 409.864 mil em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.832.491 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 270.534 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 139.330 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Passivo Circulante (Taxas regulamentares):

O aumento de R\$ 86.853 mil entre os períodos analisados ocorreu em função dos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 73 milhões nos encargos de CDE (Conta de desenvolvimento Energético);
- (ii) Aumento de R\$ 11 milhões em outras taxas regulamentares, como eficiência energética e taxas de fiscalização.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O incremento observado entre 2016 e 2015 no valor de R\$ 620.835 mil deve-se, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 162 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 236 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 428 milhões, (iv) provisão de encargos de R\$ 381 milhões, (v) variações monetária de R\$ 46 milhões; parcialmente compensados, pelas (vi) amortizações em torno de R\$ 456 milhões e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 185 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Reserva de Lucros

A redução observada entre 2016 e 2015 no valor de R\$ 239.440 mil é em função da absorção de prejuízo do exercício de 2016.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2018		Exercício social findo em 31/12/2017		Exercício social findo em 31/12/2016		Var. % 2018 x 2017	Var. % 2017 x 2016
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
Receita Operacional	8.943.974	100,0%	8.377.612	100,0%	7.576.545	100,0%	6,76%	10,57%
Fornecimento de Energia	6.949.855	77,70%	6.234.754	74,42%	6.555.189	86,52%	11,47%	-4,89%
Suprimento de Energia Elétrica	79.892	0,89%	72.508	0,87%	77.362	1,02%	10,18%	-6,27%
Baixa Renda	41.461	0,46%	35.817	0,43%	42.063	0,56%	15,76%	-14,85%
Subvenção CDE - desconto tarifário	185.084	2,07%	182.936	2,18%	180.275	2,38%	1,17%	1,48%
Disponibilidade da Rede Elétrica	595.346	6,66%	484.887	5,79%	310.125	4,09%	22,78%	56,35%
Receita de Construção	669.723	7,49%	1.043.446	12,46%	884.905	11,68%	-35,82%	17,92%
Ativos e passivos financeiros setoriais	171.317	1,92%	242.827	2,90%	(518.199)	-6,84%	-29,45%	-146,86%
Outras Receitas	251.296	2,81%	80.437	0,96%	44.825	0,59%	212,41%	79,45%
Deduções da Receita	(3.483.085)	-38,94%	(3.039.332)	100,0%	(3.109.556)	-41,04%	14,60%	-2,26%
ICMS	(1.946.365)	-21,76%	(1.732.793)	-20,68%	(1.721.457)	-22,72%	12,33%	0,66%
PIS	(137.588)	-1,54%	(130.251)	-1,55%	(111.530)	-1,47%	5,63%	16,79%
COFINS	(633.737)	-7,09%	(512.159)	-6,11%	(513.713)	-6,78%	23,74%	-0,30%
ISS	(3.681)	-0,04%	(3.382)	-0,04%	(3.030)	-0,04%	8,84%	11,62%
Encargo Setorial CDE	(747.874)	-8,36%	(612.817)	-7,31%	(712.064)	-9,40%	22,04%	-13,94%
Programa de eficiência energética e P&D	(47.039)	-0,53%	(42.254)	-0,50%	(41.281)	-0,54%	11,32%	2,36%
Taxa de Fiscalização	(7.619)	-0,09%	(5.676)	-0,07%	(6.481)	-0,09%	34,23%	-12,42%
Ressarcimento P&D	40.818	0,46%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Receita Operacional Líquida	5.460.889	61,06%	5.338.280	63,7%	4.466.989	59,0%	2,3%	19,5%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(4.839.376)	-54,11%	(4.995.719)	-59,63%	(4.339.873)	-57,28%	-3,13%	15,11%
Custos e despesas não gerenciáveis	(3.044.860)	-34,04%	(2.794.641)	-33,36%	(2.137.790)	-28,22%	8,95%	30,73%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.570.202)	-28,74%	(2.483.259)	-29,64%	(1.825.602)	-24,10%	3,50%	36,02%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(514.309)	-5,75%	(380.621)	-4,54%	(233.329)	-3,08%	35,12%	63,13%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(12.693)	-0,14%	(19.515)	-0,23%	(78.859)	-1,04%	-34,96%	-75,25%
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	52.344	0,59%	88.754	1,06%	-	0,00%	-	-
Custos e despesas gerenciáveis	(1.794.516)	-20,06%	(2.201.078)	-26,27%	(2.202.083)	-29,06%	-18,47%	-0,05%
Pessoal	(144.486)	-1,62%	(140.606)	-1,68%	(161.513)	-2,13%	2,76%	-12,94%
Material e Serviços de Terceiros	(446.893)	-5,00%	(448.824)	-5,36%	(500.096)	-6,60%	-0,43%	-10,25%
Custo de desativação de bens	(41.468)	-0,46%	(52.915)	-0,63%	(89.150)	-1,18%	-21,63%	-40,64%
Depreciação e Amortização	(314.717)	-3,52%	(294.621)	-3,52%	(253.147)	-3,34%	6,82%	16,38%
PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(98.634)	-1,10%	(131.431)	-1,57%	(208.947)	-2,76%	-24,95%	-37,10%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(39.175)	-0,44%	(37.820)	-0,45%	(53.352)	-0,70%	3,58%	-29,11%
Custo de Construção	(669.723)	-7,49%	(1.043.446)	-12,46%	(884.905)	-11,68%	-35,82%	17,92%
Indenizações DIC/FIC	-	0,00%	(53.692)	-0,64%	(55.276)	-0,73%	-100,00%	-2,87%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	53.791	0,60%	50.059	0,60%	51.115	0,67%	7,46%	-2,07%
Outras Despesas Operacionais	(93.211)	-1,04%	(47.782)	-0,57%	(46.812)	-0,62%	95,08%	2,07%
EBITDA	936.230	10,5%	637.182	7,6%	380.263	5,0%	46,9%	67,6%
Resultado do Serviço	621.513	6,9%	342.561	4,1%	127.116	1,7%	81,4%	169,5%
Resultado Financeiro	(351.957)	-3,94%	(490.635)	-5,86%	(443.319)	-5,85%	-28,27%	10,67%
Receita Financeira	951.425	10,64%	429.512	5,13%	443.297	5,85%	121,51%	-3,11%
Renda de Aplicação Financeira	11.253	0,13%	14.782	0,18%	25.536	0,34%	-23,87%	-42,11%
Juros e atualização financeira por impuntualidade de clientes	28.637	0,32%	29.468	0,35%	36.904	0,49%	-2,82%	-20,15%
Variações monetárias	13.369	0,15%	23.477	0,28%	16.482	0,22%	-43,05%	42,44%
Receita financeira de ativo indenizável	133.617	1,49%	74.436	0,89%	139.330	1,84%	79,51%	-46,58%
Atualização crédito de Pis/Cofins	1.302	0,01%	148.060	1,77%	-	0,00%	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	754.009	8,43%	123.770	1,48%	180.231	2,38%	509,20%	-31,33%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	8.628	0,10%	-	0,00%	23.998	0,32%	-	-100,00%
Outras receitas financeiras	610	0,01%	15.519	0,19%	20.816	0,27%	-96,07%	-25,45%
Despesa Financeira	(1.303.382)	-14,57%	(920.147)	-10,98%	(886.616)	-11,70%	41,65%	3,78%
Encargo de dívidas	(190.256)	-2,13%	(266.955)	-3,19%	(241.206)	-3,18%	-28,73%	10,68%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(64.469)	-0,72%	(121.968)	-1,46%	(144.943)	-1,91%	-47,14%	-15,85%
Encargo de fundo de pensão	(33.411)	-0,37%	(45.898)	-0,55%	(47.447)	-0,63%	-27,21%	-3,26%
Variações monetárias debêntures	-	0,00%	(12.943)	-0,15%	(40.661)	-0,54%	-100,00%	-68,17%
Juros debêntures	(42.594)	-0,48%	(64.191)	-0,77%	(102.010)	-1,35%	-33,64%	-37,07%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(789.877)	-8,83%	(178.038)	-2,13%	(216.105)	-2,85%	343,66%	-17,62%
IOF	(9.750)	-0,11%	(19.177)	-0,23%	(24.956)	-0,33%	-49,16%	-23,16%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	0,00%	(31.907)	-0,38%	-	0,00%	-	-
Encargos com vendas de recebíveis	(102.284)	-1,14%	(121.000)	-1,44%	-	0,00%	-	-
Outras despesas financeiras	(70.741)	-0,79%	(58.070)	-0,69%	(69.288)	-0,91%	21,82%	-16,19%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	269.556	3,0%	(148.074)	-1,8%	(316.203)	-4,2%	-282,0%	-53,17%
Tributos (IR e CSLL)	(98.310)	-1,1%	45.097	0,5%	94.371	1,2%	-318,0%	-52,21%
Lucro Líquido do Período	171.246	1,9%	(102.977)	-1,2%	(221.832)	-2,9%	-266,3%	-53,58%

Variações nos resultados: 2018 versus 2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Ampla Energia encerrou o ano de 2018 com um total de 3.107.905 consumidores, o que representa um incremento de 2,6% no número de consumidores em relação ao registrado em 2017. O mercado cativo da Companhia apresentou um aumento entre os períodos analisados, com destaque para o acréscimo observado na classe comercial, com mais 13.497 novos consumidores. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla, com reflexo nos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 239 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2018 apresentou uma retração de 14 GWh em relação ao ano de 2017. Esta redução é o efeito combinado de uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 148 GWh, parcialmente compensada por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2018, 117 GWh e 17 GWh, respectivamente. A energia transportada gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 1,7% no ano de 2018 quando comparado ao ano de 2017. Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de -1,8%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 0,1%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre as variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Ampla sofreu um incremento de R\$ 566 milhões em relação ao ano de 2017. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2018, alcançou o montante de R\$ 8,3 bilhões, o que representa um incremento de 12,8% (R\$ 940 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,3 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 715 milhões): Este aumento está associado, principalmente, ao Reajuste Tarifário de 2018, aplicado a partir de 15 de março de 2018, que aumentou as tarifas dos consumidores da Ampla em 21,04% em média (6,51% em 2017), parcialmente compensado pela redução do consumo do mercado cativo em 1,7% (8.547 GWh em 2018 versus 8.695 GWh em 2017).

Disponibilidade da Rede Elétrica (incremento de R\$ 110 milhões): deve-se (i) ao reajuste tarifário de 2018 e (ii) ao aumento de 5,0% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.430 GWh em 2018 versus 2.313 GWh em 2017).

Outras Receitas (incremento de R\$ 171 milhões): em função, principalmente, de e reclassificação da receita proveniente dos recursos de bandeiras tarifárias, a qual em 2017 estava classificada na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, de modo a atender o despacho Nº 4.356/2017, aliado ao aumento dessas receitas para cobrir maiores custos de energia em 2018. Esse incremento foi parcialmente compensado com os custos de ressarcimentos a clientes no montante R\$ 26 milhões em 2018, os quais estavam classificados em custos operacionais em 2017 (R\$ 54 milhões).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- (i) Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 72 milhões): esta redução deve-se, principalmente, a reclassificação da receita proveniente dos recursos de bandeiras tarifárias, de modo a atender o despacho Nº 4.356/2017.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2018 apresentaram um incremento de R\$ 444 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Tributos (incremento de R\$ 343 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos Setoriais (incremento de R\$ 101 milhões): Variação decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento da quota de CDE, no qual destaca-se o incremento do orçamento da CDE – USO, conforme Resolução Homologatória N° 2.368, de 9/2/2018, que aprovou as cotas anuais da CDE para o ano de 2018; e (ii) aumento das cotas anuais do encargo tarifário para o exercício de 2018, conforme nova Resolução Homologatória N° 2.446/2018, de 04/09/2018. Este efeito foi parcialmente compensado pela rubrica de Ressarcimento P&D, em função de devolução, pela União, do excedente de arrecadação do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida – ROL, instituído pela Lei nº 12.111/2009. Esse excedente foi repassado às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2018 alcançaram R\$ 4,8 bilhões, uma redução de R\$ 156 milhões em relação ao ano de 2017. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2018, alcançaram o montante de R\$ 4,17 bilhões o que representa um incremento de R\$ 217 milhões em relação ao ano de 2017, cujo montante foi de R\$ 3,95 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R\$ 250 milhões), as quais são explicadas, principalmente, pelos seguintes motivos:

- (i) Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 87 milhões): deve-se, principalmente, a reajustes contratuais e entrada de contratos de custo maior;
- (ii) Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 134 milhões): se explica, basicamente, por incremento na tarifa do custo do uso do sistema de transmissão;
- (iii) Ressarcimento de encargos/Encargos dos serviços dos sistemas (redução da receita em R\$ 29 milhões): decorrente de redução do encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema por uma melhora do índice pluviométrico e uma redução dos riscos de geração térmica.
- (iv) Custos e despesas gerenciáveis (redução de R\$ 407 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2018, alcançaram o montante de R\$ 1,12 bilhões, o que representa uma redução de 2,8% (R\$ 33 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,16 bilhões:
 - Redução de R\$ 11 milhões no custo de desativação de bens decorrente de um menor volume de investimentos realizados em 2018;
 - Redução de R\$ 33 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em função, principalmente, de menor provisão para cobrir possíveis perdas com inadimplência de consumidores residenciais, com créditos vencidos há mais de 180 dias;
 - Redução de R\$ 54 milhões nas Indenizações DIC/FIC decorrente de reclassificação destas despesas. De acordo com o novo pronunciamento CPC 47/IFRS15 esta compensação passou a ser registrada como redutora da receita operacional na rubrica de outras receitas. Em 2018, a Companhia registrou R\$ 26 milhões relativo às indenizações de DIC/FIC aos consumidores.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- (i) Incremento de R\$ 20 milhões em Depreciação e Amortização em decorrência do aumento da base de ativos.
- (ii) Aumento de R\$ 45 milhões em outras despesas operacionais em razão, principalmente, do aumento, em 2018, das perdas de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 936 milhões no ano de 2018, o que representa um aumento de R\$ 299 milhões em relação ao ano de 2017, cujo montante foi de R\$ 637 milhões. A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

marginem EBITDA da Companhia em 2018 foi de 19,54%, o que representa um incremento de 4,70 p.p. em relação a 2017, de 14,84%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Ampla Energia encerraram o exercício de 2018 em R\$ 352 milhões, uma redução de R\$ 139 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

- (i) Receita de ativo indenizável (incremento de R\$ 59 milhões): reflete o aumento do IPCA acumulado entre os períodos analisados (3,75% em 2018 versus 2,95% em 2017).
- (ii) Variações monetárias de ativos e passivos setoriais - receitas/despesas (redução de despesa em R\$ 41 milhões): decorrente da constituição de ativos regulatórios ao longo do ano de 2018, o que gerou receita de variação monetária.
- (iii) Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – receita/despesa (redução de despesa em R\$ 18 milhões): reflete a marcação a mercado da ponta ativa e passiva dos derivativos (swaps).
- (iv) Encargos de dívidas e juros e variação monetária de debentures (redução de R\$ 111 milhões): deve-se, principalmente, a redução do CDI entre os períodos analisados (6,47% em 2018 versus 10,05% em 2017), em conjunto com a capitalização de R\$ 39 milhões relativos ao custo sobre os financiamentos de investimentos em curso no ano de 2018.
- (v) Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (redução de 57 milhões): decorrente da redução do saldo médio de provisão para contingências ao longo de 2018.
- (vi) Encargos com vendas de recebíveis (redução de R\$ 19 milhões): explica-se, principalmente, pela redução de custos na venda de recebíveis (em média, 2,1% em 2018 versus 3,0% em 2017).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- (i) Atualização de crédito PIS/COFINS (redução de R\$ 147 milhões): efeito extraordinário registrado em 2017 relativo à decisão judicial favorável à Companhia, referente a restituição do valor pago de COFINS entre os meses de abril/1992 e agosto/1996, período em que a Companhia gozava de imunidade tributária.
- (ii) Outras receitas financeiras (redução de R\$ 15 milhões): em razão, principalmente, de liquidação de créditos junto a fornecedor de energia em 2018. Esses créditos geraram receita de atualização financeira em 2017.
- (iii) Outras despesas financeiras (incremento de R\$ 13 milhões): Variação em função dos seguintes fatores: (i) aumento de custos com a contratação de seguros garantia; e (ii) aumento das ações de cobrança através de descontos na quitação de dívidas de clientes.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma despesa de R\$ 98 milhões, o que representa um incremento de R\$ 143 milhões em relação ao ano de 2017 (receita de R\$ 45 milhões). Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2018 um lucro de R\$ 171 milhões, R\$ 274 milhões superior ao registrado no ano de 2017, prejuízo de R\$ 103 milhões. A margem líquida em 2018 foi de 3,57%.

Variações nos resultados 2017 versus 2016

A Ampla Energia encerrou o ano de 2017 com um total de 3.029.751 consumidores, o que representa uma redução de 1,0% no número de consumidores em relação ao registrado em 2016. Embora tenha havido uma redução no total de consumidores, o mercado cativo da Companhia apresentou um aumento entre os períodos analisados, o qual está

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

concentrado na classe residencial (convencional) com 63.518 novos consumidores*. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla, com reflexo nos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 311 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2017 apresentou uma retração de 131 GWh em relação ao ano de 2016. Esta redução é o efeito combinado de uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 561 GWh, parcialmente compensada por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2017, 425 GWh e 5 GWh, respectivamente. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 6,1% no ano de 2017 (8.695 GWh) quando comparado ao ano de 2016 (9.256 GWh). Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de -7,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 2,0%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos nossos comentários sobre as variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

Em 2017, a receita operacional bruta da Ampla foi de R\$ 8,3 bilhões, apresentando um incremento de R\$ 801 milhões em relação ao ano de 2016 (R\$ 7,5 bilhões). Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2017, alcançou o montante de R\$ 7,3 bilhões, o que representa um incremento de 9,6% (R\$ 643 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 6,7 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

- (i) Ativos e passivos setoriais (incremento de R\$ 761 milhões): este incremento deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017); e (ii) o aumento do ativo regulatório devido ao maior risco hidrológico e custos com compra de energia no ano de 2017, que serão ressarcidos no próximo reajuste tarifário de março de 2018.
- (ii) Disponibilidade da Rede Elétrica (incremento de R\$ 175 milhões): deve-se ao aumento de 22,5% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.313 GWh em 2017 versus 1.888 GWh em 2016).
- (iii) Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo (redução de R\$ 329 milhões): Esta redução está associada aos seguintes efeitos: (i) Reajuste Tarifário de 2017, aplicado a partir de 14 de março de 2017, que reduziu as tarifas dos consumidores da Ampla em 6,51% em média, em conjunto com a (ii) Redução de 6,1% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (8.695 GWh em 2017 versus 9.257 GWh em 2016).

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2017 (R\$ 3.039 milhões) apresentaram uma redução de R\$ 70 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 3.110 milhões). Esta redução é o efeito das seguintes variações:

- (i) Tributos (incremento de R\$ 29 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do incremento observado na receita operacional da Companhia entre os períodos analisados.
- (ii) Encargos Setoriais (redução de R\$ 99 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, a aprovação da Resolução homologatória Nº 2.204 de 07/03/2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético, o qual reduziu o orçamento da CDE-USO em comparação ao orçado no ano anterior.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 4,9 bilhões, um incremento de R\$ 656 milhões em relação ao ano de 2016 (R\$ 4,3 bilhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 3,95 bilhões o que representa um incremento de R\$ 497 milhões em relação ao ano de 2016, cujo montante foi de R\$ 3,45 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 658 milhões): deve-se, principalmente, a (i) reajustes contratuais, (ii) estorno de provisão de custo de pagamento à UHE Jirau de R\$ 163 milhões no primeiro trimestre de 2016, (iii) maior risco hidrológico, devido a piora do cenário de hidrologia no país, ocasionando um aumento de preço marginal da operação em 2017 versus 2016.
- (ii) Pessoal (Redução de R\$ 21 milhões): deve, principalmente, ao pagamento do programa de demissão voluntária em 2016 que refletiu no aumento dos custos deste ano, em conjunto com maiores valores imobilizados em 2017.
- (iii) Material e Serviços de Terceiros (redução de R\$ 51 milhões): deve-se, principalmente, a maior eficiência na gestão de custos operacionais com menor volume de operações, entre os períodos comparados.
- (iv) Custo de Desativação de Bens (redução de R\$ 36 milhões): deve-se ao maior volume de investimentos realizados em 2016 que necessitou realizar troca de equipamentos ainda não totalmente depreciados, gerando assim maior custo de desativação no período anterior.
- (v) Provisões para créditos de liquidação duvidosa (redução de R\$ 78 milhões): redução, principalmente, em função da Companhia ter revisado, em 2017, seu critério de constituição de créditos de difícil recebimento. Dentre as principais mudanças destaca-se a revisão do critério de reconhecimento da Provisão para Devedores Duvidosos de clientes residenciais para os quais se observou melhoria no perfil de crédito. Para esses clientes a Companhia passou a provisionar apenas créditos vencidos há mais de 180 dias (anteriormente 90 dias).
- (vi) Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 41 milhões): Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 1,16 bilhão, o que representa uma redução de 12,1% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,31 bilhão.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 637 milhões no ano de 2017, o que representa um aumento de R\$ 257 milhões em relação ao ano de 2016, cujo montante foi de R\$ 380 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2017 foi de 14,84%, o que representa um incremento de 4,22 p.p. em relação a 2016, de 10,62%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Ampla encerraram o exercício de 2017 em R\$ 491 milhões, um incremento de R\$ 47 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 443 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

- (i) Renda de aplicação financeira (redução de R\$ 11 milhões): A variação explica-se devido aos seguintes fatores: (i) o CDI, índice que mede a rentabilidade das aplicações financeiras, reduziu no período, acompanhando o movimento da taxa básica de juros (SELIC). O CDI acumulado em 12 meses reduziu de 14,06% em 2016 para 10,06% em 2017; (ii) o caixa médio apresentou uma redução passando de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 97 milhões no 2017.
- (ii) Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 65 milhões): A variação reflete a redução do IPCA acumulado entre os períodos analisados (6,29% em 2016 versus 2,95% em 2017).
- (iii) Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais – receita/despesa (incremento líquido de despesa em R\$ 56 milhões): aumento em função do saldo líquido ser mais passivo do que ativo ao longo do ano, o que gerou mais despesa.
- (iv) Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (incremento líquido de despesa em R\$ 18 milhões): Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps) - redução de R\$ 56 milhões. Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 38 milhões (Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.
- (v) Encargos com vendas de recebíveis (incremento de R\$ 121 milhões): deve-se aos custos da operação de vendas de recebíveis realizada de forma contínua ao longo de 2017, a qual foi iniciada no final de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- (i) Atualização de crédito PIS/COFINS (incremento de R\$ 148 milhões): deve-se a uma decisão judicial favorável à Companhia referente a restituição do valor pago pela Ampla de COFINS entre abril/1992 e agosto/1996, que não era devido, uma vez que gozava de imunidade tributária na época.
- (ii) Encargos de Dívidas e juros e variação monetária de debentures (redução de R\$ 40 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, ao maior saldo médio da dívida em 2017, parcialmente compensado pela redução do CDI entre os períodos analisados.
- (iii) Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (redução de 23 milhões): Deve-se a acordos realizados no período o que gerou redução da base de contingências que sofre atualização.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2017 registraram R\$ 45 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2017 um prejuízo de R\$ 103 milhões, valor R\$ 119 milhões menor do que o registrado no ano de 2016, que foi de R\$ 222 milhões. A Margem Líquida em 2017 foi de -2,40%.

Variações nos resultados 2016 versus 2015

A Ampla Energia encerrou o ano de 2016 com um total de 3.060.357 consumidores, o que representa um crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com 5.896 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 216 milhões em 2016.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com 2.610.437 consumidores, um incremento de 0,2% em relação ao ano de 2015. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2016, foi de 11.563 GWh, o que representa uma redução de 1,4% (164 GWh) em relação a 2015, cujo volume foi de 11.727 GWh. Esta redução é o efeito combinado de (i) uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 458 GWh, com (ii) uma redução de 10 GWh do volume de energia vendida e transportada para revenda, parcialmente compensada por (iii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 304 GWh superior ao registrado em 2015. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 4,7% no ano de 2016 (9.257 GWh) quando comparado ao ano de 2015 (9.715 GWh). Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 4,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 0,1%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos nossos comentários sobre as variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

Em 2016, a receita operacional bruta da Ampla foi de R\$ 7.577 milhões, uma redução de R\$ 952 milhões em relação a 2015 (R\$ 8.528 milhões). Esta redução é o efeito líquido dos seguintes fatores:

- (i) Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 229 milhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Reajuste Tarifário de 2016, aplicado a partir de 15 de março de 2016, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 7,38% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 4,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.257 GWh no 2016 versus 9.715 GWh no 2015).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) Ativos e passivos setoriais (redução de R\$ 1.404 bilhão): esta redução deve-se, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa.

Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2016, alcançou o montante de R\$ 6,7 bilhões, o que representa uma redução de 13,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,8 bilhões.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2016 (R\$ 3.110 milhões) apresentaram uma redução de R\$ 255 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 3.365 milhões). Esta redução é o efeito das seguintes variações:

- (i) Tributos (ICMS, PIS, COFINS e ISS): redução de R\$ 113 milhões se deve à redução da base de cálculo para apuração desses tributos, em função do decréscimo na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.
- (ii) Encargo Setorial CDE: redução de R\$ 142 milhões devido à redução da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a partir da Reajuste Tarifário de 2016, que passou a vigorar em 15 de março de 2016.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos do serviço e despesas operacionais em 2016 alcançaram R\$ 4,4 bilhões, uma redução de R\$ 647 milhões em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito das seguintes variações relevantes:

- (i) *Energia Elétrica comprada para Revenda (redução de R\$ 967 milhões):*
- Durante o ano de 2016 a Companhia realizou venda de 1.151 GWh no mercado SPOT contra compra de 584 GWh no mesmo período do ano anterior.
 - Redução de cerca de R\$ 256 milhões nos custos com o contrato de Itaipu no ano de 2016 devido à redução da tarifa desse contrato.
- (ii) *Despesas com pessoal (redução de R\$ 26 milhões):* deve-se, principalmente, a uma maior ativação dos custos de pessoal no ano de 2016, em função basicamente de maiores investimentos, em conjunto, com uma reversão de provisão de INSS, devido a pagamentos efetuados a maior em anos anteriores, e com uma redução de 13,5% no número de colaboradores próprios entre os períodos analisados.
- (iii) *Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 52 milhões):* O incremento se deve ao maior volume de operações (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.
- (iv) *Custo na Desativação de Bens (incremento de R\$ 71 milhões):* Este aumento se deve ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados, que ocasionaram maiores desativações de bens.
- (v) *Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 31 milhões):* Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.
- (vi) *Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 86 milhões):* Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os períodos comparados em função dos seguintes efeitos:
- Redução de 6% da base de consumidores Baixa Renda em 2016 comparado com 2015, reflexo do não atendimento às certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente descredenciamento. Esses clientes passaram a pagar tarifa normal com consequente aumento da morosidade de seus pagamentos à Companhia.
 - Impacto da desaceleração da economia, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento de clientes.
- (i) *Indenizações DIC/FIC (incremento de R\$ 11 milhões):* Este incremento se deve a maiores provisões para pagamento de indenização aos clientes por não atendimento de limites regulatórios de indicadores de qualidade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) *Outras Despesas/Receitas Operacionais (incremento de R\$ 28 milhões)*: Este aumento é justificado, principalmente, pela receita de venda de bens registrada em 2015.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2016, alcançaram o montante de R\$ 1,317 bilhão, o que representa um incremento de 23,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,063 bilhão.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 380 milhões no ano de 2016, o que representa uma redução em relação ao ano de 2015, cujo montante foi de R\$ 399 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2016 foi de 10,62%, o que representa um incremento de 1,57 p.p. em relação a 2015, de 9,05%.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Ampla encerrou o exercício de 2016 em R\$ 443 milhões, um incremento de R\$ 232 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 211 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações relevantes:

- (i) *Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 32 milhões)*: Essa redução é explicada, basicamente, pela variação decorrente da implantação da resolução 674-Aneel ocorrida em dezembro/16. Esta resolução alterou atributos de classificações de alguns ativos, que ocasionaram mudança de vida útil nos bens já presentes no intangível.
- (ii) *Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 39 milhões)*: Essa variação se deve, basicamente, a redução dos ativos regulatórios decorrente de um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa, ocasionando um maior passivo regulatório e uma menor variação monetária positiva.
- (iii) *Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (R\$ 180 milhões)*: Constituição desta rubrica, a partir de 2016, devido a novas captações realizadas, que possuem este tipo de instrumento. Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps). Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 216 milhões (Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.
- (iv) *Encargos de Dívidas (incremento de R\$ 109 milhões)*: Este incremento deve-se, principalmente, ao aumento da dívida bruta da companhia entre os anos comparados, em conjunto com a variação de +0,78 p.p. do CDI médio entre os anos 2016 e 2015. Do montante de encargos de dívida em 2016, R\$ 147 milhões refere-se aos encargos dos mútuos subordinados que a Companhia mantém com o seu controlador Enel Brasil.
- (v) *Variações Monetárias (redução de R\$ 20 milhões)*: Esta variação é explicada principalmente pela redução de 4,38 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2016 registraram R\$ 94 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2016 um prejuízo de R\$ 222 milhões, valor R\$ 187 milhões maior do que o registrado no ano de 2015, R\$ 35 milhões. A Margem Líquida em 2016 foi de -6,19%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2016, 2017, 2018 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2018

Em 2018, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.950 milhões, resultado do reajuste tarifário de 2018, que passou a vigorar a partir de 15 de março de 2018, gerando um incremento médio de 21,04% nas tarifas da Companhia.

Outro fator que impactou a receita em 2018 foram os repasses de bandeiras tarifárias, registrados em outras receitas. Estes repasses geraram um aumento na receita operacional bruta em cerca de R\$ 182 milhões, os quais foram parcialmente compensados com os custos de ressarcimentos a clientes no montante R\$ 26 milhões em 2018, os quais também são registrados em outras receitas.

2017

Em 2017, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.235 milhões, resultado do reajuste tarifário de 2017, que passou a vigorar a partir de março de 2017 gerando uma redução média de 6,51% nas tarifas da Companhia.

Outro fator que impactou a receita em 2017 foram os ativos e passivos financeiros setoriais, período em que foram registrados mais ativos regulatórios que foram contemplados na tarifa definida no reajuste tarifário de março de 2018. Com isso, a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, gerou um aumento na receita operacional bruta em cerca de R\$ 761 milhões. Os ativos regulatórios devem-se, principalmente, a um maior custo de compra de energia ao longo do ano em relação ao que se encontra na tarifa.

2016

Em 2016, a receita pelo fornecimento de energia elétrica impactou de forma significativa a receita bruta da Companhia, a qual atingiu um montante total de R\$ 7.577 milhões. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia foi impactada pelo reajuste tarifário anual de 2016, aplicado a partir de 15 de março de 2016, que incrementou as tarifas da Ampla em 7,38%, em média, parcialmente compensado pela redução de 4,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.257 GWh no 2016 versus 9.715 GWh no 2015).

O efeito acima exposto foi parcialmente compensado pela maior contabilização de passivos regulatórios no período, os quais são deduzidos no reajuste tarifário do ano seguinte (março de 2017), e recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, os quais foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa do respectivo ano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Além disso, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2018, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2016 à 31/01/2017: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
De 01/02/2017 a 30/04/2018: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);
A partir de 01/05/2018: A tarifa amarela sofreu redução e ficou estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

De 01/09/2015 à 31/01/2016: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos;
De 01/02/2016 à 31/01/2017: A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);
De 01/02/2017 à 31/10/2017: A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.203/2017)
De 01/11/2017 a 30/04/2018: A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);
A partir de 01/05/2018: As tarifas passaram a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).

As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2018 e 2017, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Amarela	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

2017	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Vermelha (Patamar 1)	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Amarela	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 1)
CVU/PLD gatilho - R\$/MWh	128,65	179,74	279,04	426,99	447,61	155,85	237,71	513,51	411,92	698,14	533,82	201,51

CVU: Custo variável da última térmica despachada, válido de jan/17 a out/17; PLD Gatilho, válido em nov/17 e dez/17.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Revisão Tarifária

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 2018, a Companhia passou pela quarta revisão tarifária periódica aprovada em caráter provisório, em virtude dos valores provisórios da Base de Remuneração Regulatória, aplicada a partir de 15 de março de 2018. A revisão tarifária média foi de 21,04%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.377, de 13 de março de 2018, com vigência de 15 de março de 2018 a 14 de março de 2019. Para os consumidores de baixa tensão, houve um aumento em torno de 21,46%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 19,94%.

Assinatura do 6º Aditivo ao Contrato de Concessão e Reajuste Tarifário Anual

Em 14 de março de 2017, a Ampla assinou o 6º Aditivo ao Contrato de Concessão com as novas regras conforme resultados das Audiências Públicas (AP) nº 095 e 058. Nessas audiências foram discutidas a regulamentação e a aplicação dos procedimentos tarifários a serem adotados para as distribuidoras que assinarem, por opção, o termo aditivo com as novas regras, de acordo com o Despacho nº 2.194/2016. Dentre os principais temas contemplados no Aditivo, que visa contribuir para a sustentabilidade da atividade de concessão da Companhia, estão: (i) a trajetória de perdas não técnicas que irá compor as tarifas até 2019; (ii) a trajetória para adequação dos indicadores de qualidade do serviço que deverão ser atendidos pela Companhia e (iii) a antecipação da próxima Revisão Tarifária de março de 2019 para março de 2018. As novas regras já foram aplicadas no reajuste tarifários de 2017.

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

Reajuste Tarifário

Em 8 março de 2016 a Resolução homologatória nº 2.023 homologou os resultados do Reajuste Tarifário da Ampla de 2016. O reajuste homologado representou um efeito médio para os consumidores de 7,38%, tendo a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 3,25%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2016-2017 de 7,81%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2015-2016, correspondentes a 3,68%. As novas tarifas passaram a vigorar em 15 de março de 2016.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2018

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- (i) Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- (ii) Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

2017

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- (i) Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- (ii) Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

2016

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- (i) Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda; contingências e benefício a empregados.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais, que é a data mais atualizada da Companhia referente ao exercício social corrente.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2018

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2017

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2016

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- **Tributos diferidos sobre os lucros**

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declaram que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

- **Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

- **Provisão para contingências**

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

- **Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível**

Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

- **Mensuração dos benefícios definidos**

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- (i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- (ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O Plano de Investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2018, foram conectados cerca de 14 mil novos clientes a rede da Companhia, totalizando mais 82 mil clientes nos últimos três anos. Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate às perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

A Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimentos	2018	2017	2016
Novas Conexões	239.261	311.058	219.120
Rede	366.110	516.305	630.572
Combate às Perdas	94.315	102.601	164.976
Qualidade do Sistema Elétrico	271.795	413.705	465.596
Outros	67.081	189.728	128.103
Variação de Estoque	653	82.093	(57.022)
Total Investido	673.105	1.099.184	920.773
Aportes / Subsídios	(27.252)	(77.623)	(32.138)
Investimento Líquido	645.853	1.021.561	888.635

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra. Para os próximos anos, a Companhia estima manter este nível médio de investimentos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.